



## **POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO E O BANCO MUNDIAL**

Andrea Garcia Furtado – FARESC/PUCPR

Mary Natsue Ogawa – SME Curitiba

**Resumo:** O Livro Didático (LD) pode ser compreendido por meio das políticas públicas do livro didático e a sua práxis no ambiente escolar. Desse modo, ao longo dos anos o livro didático se torna objeto de estudo imprescindível no cenário educacional. A pesquisa tem como objetivo verificar como se delinearam as políticas públicas do livro didático e ações do Banco Mundial, a partir de consultas bibliográficas e análise de documentos que fazem parte da proposta governamental. Verifica-se que o livro corresponde, para além de características puramente pedagógicas, visa uma dimensão político-econômica relacionada ao Governo Federal. A importância deste recurso didático exigiu medidas de consolidação, a regulamentação legal do livro didático com o Decreto Nº. 91.542, de 19/8/1985, que implementou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Observa-se na política de execução do PNLD que os conhecimentos, a difusão da cultura que são abordados nas instituições de ensino e que adentram os lares dos estudantes podem ser sugeridos e observados via este material didático.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Políticas Públicas do Livro Didático. Banco Mundial.

### **Introdução**

A Educação ocorrida nos equipamentos escolares, se constitui na formalização dos processos de, transmissão das construções culturais acumuladas por gerações. Analisar estes processos e em especial, as políticas educacionais brasileiras que permeiam a história da educação, implica em perceber e compreender as diversas bases culturais que se formam na sociedade, considerando sobretudo os aspectos socioeconômicos e as políticas públicas que se originam a partir destes contextos.

Neste contexto, é relevante, considerar a condição do Brasil entre os países em desenvolvimento, e observar a influência neoliberalista nas decisões que remetem aos projetos educacionais, os quais, muitas vezes, visam apenas à formação de mão-de-obra operacional desvinculada de um pensar estratégico, isto é, concedendo formação suficiente para tão somente produzir e não criar. Além disso, sugere ao país, meramente, o papel de mercado consumidor dos países em desenvolvimento.

Muitos são os mecanismos e organismos que concorrem para que a articulação entre os aspectos econômicos e sociais sejam determinantes quanto à concepção de educação

vigente nas sociedades contemporânea. Sociedade esta que se traduz enquanto reflexo de um processo intenso de capitalização das relações sociais. Entre esses mecanismos surgidos com o intuito de controle dos processos de desenvolvimento dos países pobres, está o Banco Mundial.

Criado em 1944 na Conferência de Bretton Woods, New Hampshire, EUA a fim de garantir a estabilidade econômica dos países em desenvolvimento, o Banco Mundial (BM), teve como objetivo inicial financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial (1935-1945). Logo depois, criaram-se ações destinadas a garantir a estabilidade econômica nos países em desenvolvimento, que desde então, têm aumentado consideravelmente a sua dependência financeira.

O Banco Mundial atualmente é constituído pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro outras instituições: a Corporação Financeira Internacional (IFC), o Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas Internacionais) e, a partir de 1992, o Banco assumiu a administração do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

São membros do BM, 185 países desenvolvidos e em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, sendo que a sede está localizada em Washington – EUA e o atual presidente é Robert Zoellick. O principal objetivo do Banco Mundial é dito como o de reduzir a pobreza dos países em desenvolvimento por meio de financiamentos e empréstimos. (BANCO MUNDIAL, 2009).

A contrapartida dos países em desenvolvidos para o BM está justamente em ajustar as políticas públicas, em especial as políticas educacionais, no sentido de atender as solicitações da entidade e desta forma assegura-lhes o retorno quanto ao investimento financeiro.

## **Desenvolvimento**

Atualmente o livro didático constitui uma das mais importante políticas públicas no âmbito educacional, trazendo reflexos não somente nos processos educativos, mas também na economia brasileira, como veremos adiante.

Ao considerar o livro didático como objeto de estudo, não se pode contemplá-lo de forma absolutamente neutra, de modo que se faz necessário considerar as variáveis sócio-político-econômico-culturais existentes de forma não linear em nosso contexto histórico. Este

fato não deve inibir que o processo de escolha e tratamento dos livros didáticos seja efetivamente científico.

No campo educacional, percebe-se que o BM além de fornecer financiamentos aos projetos relacionados à Educação, oferece orientação técnica pelo conselho de diretores, técnicos e conselheiros do Banco Mundial, juntamente com parte dos técnicos responsáveis pela Educação nos países em desenvolvimento.

O Banco Mundial, transformou-se, nos últimos anos, no organismo com maior visibilidade no panorama educativo global, ocupando, em grande parte, o espaço tradicionalmente conferido a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a agência das Nações Unidas especializada em educação. (TORRES, 2007, p. 126)

Orientações do BM definem as políticas públicas educacionais dos países em desenvolvimento, ou seja, os sistemas educacionais ficam diretamente submetidos à forma como essa instituição os define, e pela natureza comercial da mesma, percebe-se que a administração está ligada ao custo-benefício concedido, pois é possível observar que a Educação nesses países apresenta-se até o momento com baixos níveis de desempenho.

As ações inscritas a partir de tais orientações do BM, mascaram, por vezes, interesses econômicos por trás do discurso altruísta de apoio aos países necessitados. É importante observar, os aspectos de uma sociedade, em que é possível contemplar um grande progresso mundial oriundo de investimentos estrangeiros, que no entanto não possibilita que a maior parte da população possa concretamente usufruir dos benefícios deste progresso.

O objetivo capitalista de ampliar mercados e garantir mão-de-obra minimamente qualificada trouxe a necessidade de preparar a educação básica para suprir essa demanda. Nestes termos o capitalismo exige de suas “engrenagens” a força do capital intelectual, oriunda da classe dominante, e físico/mental minimamente qualificado da classe dominada para o trabalho braçal, bem como, para o consumo mínimo por parte dessa.

Na perspectiva de efetivar os objetivos do Banco Mundial é necessário ao Governo do Brasil a concretização das orientações dessa instituição, visto tratar-se de acordo em que o financiamento por parte do BM fica condicionado ao retorno que o país possa oferecer e ao cumprimento de tais orientações.

No Brasil, a presença do BM vem sendo percebida ao longo dos anos por meio da implementação de reformas educacionais. De acordo com Couto Soares (2007), o Brasil é um dos países com maior índice de insucesso dos projetos financiados pelo BIRD. É necessário uma reflexão, por parte das equipes técnicas dessa instituição sobre tais medidas e um

direcionamento para as reais necessidades do sistema de ensino público do país vigente, e não utilizar o mesmo padrão de atendimento educacional em todos os países que presta assessoria.

Na máquina capitalista os homens fazem parte de um sistema produtivo meramente peças desta “gigante engrenagem”. Assim, não é surpresa a visão de viés economicista ao invés do aprofundamento da identidade pedagógica na análise das necessidades estruturais no desenvolver de projetos educacionais das nações atendidas. Esse panorama sugere o porquê explicação para a aplicação do mesmo procedimento educacional para povos de distintas culturas e políticas nacionais.

O BM não apresenta idéias isoladas, mas uma proposta articulada – uma ideologia e um pacote de medidas – para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau nos países em desenvolvimento. Embora se reconheça que cada país e cada situação concreta requerem especificidade, trata-se de fato de um “pacote” de reforma proposto aos países em desenvolvimento que abrange um amplo conjunto de aspectos vinculados à educação, das macro-políticas até a sala de aula. (TORRES, 2007, p. 126)

A contradição entre o que o BM diz compreender sobre as especificidades e o que na prática repassa como processo a ser utilizado sugere a idéia de que as peças que fazem funcionar as engrenagens, os dominados, não precisam pensar, mas sim, ter força e agilidade suficiente para gerar a energia desta máquina capitalista. Deste modo, tais peças supririam o básico para que a máquina funcione. Assim, não surpreende o não apoio ao desenvolvimento da formação superior, pois esta máquina não carece de muitos “engenheiros” para o seu funcionamento, mas de operários com bastante capacidade física e pouco estímulo intelectual. A proposta educacional do BM é direcionada a promover o crescimento econômico e diminuir a pobreza nos países em desenvolvimento. No Brasil, especificamente, o objetivo a ser alcançado está relacionado a melhorar a qualidade e a eficiência do ensino. A qualidade almejada está representada a partir dos resultados de determinados “insumos” que intervêm na escolaridade.

A qualidade educativa, na concepção do BM, seria o resultado da presença de determinados “insumos” que intervêm na escolaridade. Para o caso da escola de primeiro grau, consideram-se nove fatores como determinantes de um aprendizado efetivo, nesta ordem de prioridades, segundo a percentagem de estudos que revelariam uma correlação e um efeito positivo (BM, 1995:51): (1) bibliotecas; (2) tempo de instrução; (3) tarefas de casa; (4) livros didáticos; (5) conhecimentos do professor; (6) experiência do professor; (7) laboratórios; (8) salário do professor; (9) tamanho da classe. (TORRES, 2007, p. 134-135)

Ao deparar-se com a busca da melhoria da qualidade de acordo com o BM, o livro didático tem sido considerado o melhor caminho para suprir as necessidades emergenciais da

educação. Os itens relacionados como objetos fundamentais da educação básica e tidos como prioridades, “tempo de instrução, livros didáticos e melhorar o conhecimento dos professores (privilegiando a *capacitação em serviço* sobre a *formação inicial* e estimulando as modalidades à distância)”. (TORRES, 2007, p. 135).

Nesta perspectiva, é importante refletir o termo qualidade utilizado pelo BM, pois as propostas de educação do BM são elaboradas por economistas, e essas ações propostas são voltadas mais para termos quantitativos do que qualitativos. Os índices de qualidade do BM estão voltados para números, isto é, resultados quantitativos que facilmente desviam os olhares críticos para outras esferas. Observa-se então que a quantidade e a qualidade seguem caminhos diferentes. E neste índice quantitativo percebe-se o quanto o livro didático é mencionado para melhorar a Educação Básica. Neste contexto, a relação custo-benefício deve ser um ponto de reflexão em estudos a respeito do desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

[...] Cada insumo se valoriza em separado e é priorizado ou não em virtude de duas questões: sua incidência sobre a aprendizagem (segundo estudos empíricos que mostrariam tal incidência) e seu custo. É sob estes parâmetros que é definido um conjunto de “avenidas promissoras” e “becos sem saída” para a reforma da escola de primeiro grau, priorizando, por exemplo, o livro didático (alta incidência e baixo custo) sobre o docente. (alta incidência mas alto custo), a capacitação em serviço sobre a formação inicial ou o livro didático sobre a biblioteca escolar. (TORRES, 2007, p.140)

Como aponta a citação acima, “alta incidência e baixo custo” são termos que sugerem aspectos mecânico-economicistas em relação ao livro didático. Aponta-se assim, uma possível fragilidade dos projetos educacionais nos aspectos que se relacionam as questões especificamente pedagógicas. Ou seja, a reforma educacional demonstra uma intenção capitalista embora, sejam comuns discursos que manifestam idéia contrária.

Salienta-se novamente que não se trata, de pensar-se na exclusão do LD enquanto política pública, mas sim, analisar modos diversos de torná-lo instrumento possível para a emancipação política e cidadã, promovendo a valorização contínua do desenvolvimento do profissional da educação e da formação do cidadão.

O Brasil ocupa destaque entre os países de maior investimento no uso de LDs na educação pública, pois o uso do LD pode orientar/direcionar os profissionais da educação de como e que forma trabalhar os conteúdos curriculares com os estudantes. A importância deste recurso didático na educação é demonstrada pela necessidade de sua utilização, que exigiu medidas de consolidação a regulamentação legal do livro didático com o Decreto N°. 91.542,

de 19/8/1985, que implementou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos e recebeu como uma das tarefas construir o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003).

[...] no mesmo ano da publicação do *Plano Decenal de Educação para Todos*, o MEC constituiu uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógico-metodológicos dos livros que vinham sendo comprados por este ministério para as séries iniciais do ensino fundamental. Tal comissão analisou os dez livros de cada disciplina mais solicitados pelos professores das escolas públicas. Este estudo demonstrou que o MEC vinha comprando e distribuindo para a rede pública de ensino livros didáticos com erros conceituais, preconceituosos e desatualizados no tocante aos conteúdos. Como consequência, a partir de 1996 o MEC passou a submeter os livros didáticos a uma avaliação, cujos resultados são divulgados nos *Guias de Livros Didáticos*, distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático. (CASSIANO, 2004).

A Secretaria de Educação Básica (SEB) passou a coordenar o processo de avaliação pedagógica sistemática das obras inscritas pelas editoras no PNLD, desde 1996. Esse processo é realizado em parceria com universidades públicas que se responsabilizam pela avaliação de livros didáticos nas seguintes áreas: alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia. (BRASIL, 2007)

Ao final de cada processo de avaliação dos livros didáticos é elaborado o Guia do Livro Didático, no qual são apresentados os princípios, os critérios, as resenhas das obras aprovadas e as fichas que norteiam a avaliação dos livros. Os livros didáticos que não contemplam os critérios de cada disciplina não compõem o Guia do Livro Didático. Todos os livros aprovados pelo MEC devem conter na capa o selo do PNLD, sendo esta uma forma de evitar fraudes no mercado editorial. A avaliação e a elaboração do guia do livro didático permitem que livros com erros conceituais, entre outras questões relacionadas à elaboração do LD sejam suprimidos gradativamente, além dos critérios de seleção que são aperfeiçoados a cada programa.

Este guia é enviado às escolas como instrumento de apoio aos professores no momento da escolha dos livros didáticos. E segundo a publicação do MEC “Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental” em 2007 (Pró-Letramento), as avaliações realizadas nos livros têm como objetivo orientar os professores e professoras na escolha dos mesmos.

A seleção dos livros didáticos ocorre por coleção, isto é, acontece por série/área do conhecimento, sendo que para cada opção é necessário que sejam de editoras diferentes, pois a negociação com as editoras é feita por meio de preço, tiragem mínima e prazo de entrega.

Sendo assim, perceptíveis fortes interesses editoriais em relação ao aumento de produção/consumo do LD. Neste sentido, o livro didático, além de ser um recurso no processo de aprendizagem do aluno, passa a ser um bem de consumo para as editoras, pois abre um mercado relacionado à investimentos e empreendedorismo, visto que as editorias aumentam sua produção e conseqüentemente lucro, ampliando o seu desenvolvimento econômico, ou seja, a Educação contribui para que a base da economia esteja diretamente relacionada às empresas privadas.

É necessário que a escola ao organizar reuniões para análises e reflexões para adotar um livro/coleção da lista estabelecida no guia do livro didático, tenha clareza que este recurso pedagógico precisa atender as necessidades específicas e culturais as quais estará inserido nos próximos três anos. Conhecimentos relacionados a uma cultura popular do professor devem ficar neutros no momento de escolha, para tanto, é necessário uma visão crítica do contexto sócio-cultural e da clareza de como e para quê este livro didático está sendo adotado. A reflexão engloba ainda a adequação dos conteúdos à Proposta Pedagógica da escola e às Diretrizes Curriculares do seu município. Destaca-se que o professor, ao realizar o planejamento, desenvolverá estratégias para superar possíveis limitações do livro didático.

O governo a partir de um discurso democrático propõe aos profissionais da educação escolherem o livro a partir do guia, porém ressalta que esta escolha já está pré-determinada. Nota-se que o PNLD torna-se uma estratégia de controle social, no qual a melhoria na educação pode ser assegurada no sentido de colocar o estudante em contato com o conhecimento via LD.

Parte integrante do PNLD é o Sistema de Controle e Remanejamento de Reserva Técnica (SISCORT), elaborado pelo FNDE/MEC, e tem como objetivo auxiliar as escolas e as secretarias estaduais e municipais da educação no gerenciamento virtual em relação à distribuição e ao remanejamento dos livros didáticos. Estas Secretarias recebem do FNDE 3% de Reserva Técnica de livros para garantir o atendimento integral as escolas e a estudantes novos. Entretanto, esses livros didáticos são os dois títulos mais escolhidos no Estado, neste sentido, se a escola verificou nas unidades cadastradas do SISCORT as sobras do título desejado e não encontrou o estudante conseqüentemente ficará sem o livro alvo.

Neste caso, percebem-se dúvidas em relação à finalidade do PNLD em relação: “livros didáticos para todos os estudantes”. O termo “todos” dissolve-se em contradição na medida em que nem todos os estudantes são contemplados com os livros escolhidos. É importante destacar que os livros distribuídos pelo FNDE são enviados às escolas na quantidade relacionada ao censo anterior do ano de escolha, conseqüentemente, o número de matrículas

no ano que os livros chegam à escola é, em geral, superior. Ex.: PNLD/2007, ano do processo de escolha, 2006, livros enviados pelo censo de 2005 para serem utilizados em 2007.

Ao examinar estes dados, observa-se uma possível pré-condição ao utilizar livros disponibilizados na reserva técnica, ou seja, ou a escola fica sem livro, ou utiliza o livro didático que não optou por questões consideradas pertinentes pelo corpo docente da escola no momento de adotar a coleção por área do conhecimento. Ou seja, percebe-se que o processo de escolha do livro didático conta com a participação de três instâncias: antes de ser escolhido pelo professor, foi escolhido por um corpo docente universitário e esta escolha foi referendada pelo Governo Federal.

Submetido posteriormente a licitação, o mercado editorial passa a ser um objeto do mercado editorial, ocorrendo uma tensa disputa entre as editoras para conseguir fornecer o “melhor” LDs e que o mesmo seja aprovado no guia do livro didático e escolhido pelas escolas, pois a coleção mais adotada no Estado é a que vai para a reserva técnica, ou seja, a editora escolhida terá garantido o lucro sobre a produção, pelo menos nos próximos três anos. Segundo Höfling, a forte presença de setores privados – no caso, os grupos editoriais – na arena de decisão e definição da política pública para o livro didático pode comprometer a natureza, a própria conceituação de uma política social, com contornos mais democratizantes. (HÖFLING, 2003, p. 163).

Os livros são classificados em consumíveis e não-consumíveis, sendo consumíveis somente os livros didáticos de alfabetização e os livros indicados como volume um. Esses são enviados às escolas nos três anos de programas, pois os estudantes podem escrever nos livros. É necessário, realizar um trabalho de conscientização com estudantes e pais para a manutenção dos LDs não-consumíveis, para que o mesmo permaneça em bom estado de uso durante o PNLD, pois a complementação enviada pelo FNDE/MEC provavelmente não será suficiente para grandes perdas e danos.

### **Considerações finais**

Ao mesmo tempo em que ocorrem avanços na política de execução do livro didático, como a avaliação e a elaboração do guia dos livros didáticos, observa-se que a avaliação, função desempenhada pelo Governo Federal, ainda prescinde de instrumentos que aperfeiçoem o processo e ampliem os critérios de forma qualitativa, e ainda que os conhecimentos e as formas de difusão da cultura que são abordados nas escolas e que adentram os lares dos estudantes podem ser sugeridos por meio desse material didático.



Neste sentido, a relação custo-benefício do LD indica um nível menor do que o investido na formação do professor, pois além dos conteúdos apresentados se tornarem determinantes consequentemente, efetivos, o LD também pode possibilitar um controle na formação do estudante, ou seja, acompanhar ou ainda determinar, o desenvolvimento da sociedade, já que o LD também pode ser considerado difusor de cultura. Diante disso, o governo “precisa” direcionar a cultura a ser transmitida aos estudantes/comunidades nas escolas públicas de todo o país.

Os EUA, de forma diferenciada no que tange a educação, conferem dedicação ao seu Sistema Educacional aliando seu interesse econômico ao desenvolvimento desse, ao incluir outros recursos além dos livros. Isto é, países fortalecidos economicamente como EUA, procuram investir vigorosamente no avanço educacional-científico, de modo que este possa contribuir para perpetuar sua condição dominante junto a outros países também fortalecidos.

[...] a cultura é, pois, o processo pelo qual o homem acumula as experiências que vai sendo capaz de realizar, discerne entre elas, fixa as idéias, as imagens e lembranças, a princípio coladas às realidades sensíveis, e depois generalizadas, desse contanto inventivo com o mundo. (VIEIRA PINTO, 1979, p.123)

De acordo com esta premissa, a escola ao organizar reuniões para análises e reflexões para adotar um livro/coleção da lista estabelecida no guia do livro didático, deve ter claro que este recurso pedagógico deve atender as necessidades específicas e culturais as quais estará inserido nos próximos três anos. Conhecimentos relacionados à cultura do professor não devem ter preponderância no momento de escolha, é necessário uma visão crítica do contexto sócio-cultural e ter clareza de como e para quê este livro didático está sendo adotado.

Destaca-se que durante a história da educação brasileira, muitas medidas e políticas de equidade ocorreram, e o livro didático manifesta um conjunto de políticas públicas para a educação, que estão sintetizadas na Constituição Brasileira de 1988:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 208).

A educação é um dever do Estado, da sociedade e da família, como consta na Constituição Federal, a partir da LDB. Porém, sendo a escola uma das protagonistas na formação de cidadãos críticos, o professor deve utilizar o livro didático com responsabilidade e comprometimento. É imprescindível refletir em relação aos conteúdos explorados em sala

de aula, verificar as possibilidades e limites do livro didático no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, é um direito do estudante frequentar uma escola pública que esteja preparada para atendê-la nas suas peculiaridades e nas suas necessidades básicas como a distribuição gratuita do livro didático. Para além das políticas de controle por parte do Governo em relação ao LD's e sua utilização no ambiente escolar, seja este controle oculto ou não é preciso que exista o compromisso para ir além do conhecimento exposto em um livro didático, aventurando-se no contemplar de explorações de fontes diversas que dificultem consideravelmente a aceitação dos professores e estudantes às ideias ali propostas no livro didático.

[...] as pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais. (BITTENCOURT, 2004)

E para que a política do livro didático se efetive como um meio a melhorar a formação básica dos estudantes, ela deve estar vinculada a maneira como a proposta está sendo discutida e desenvolvida na escola tomando como prioridade o desenvolvimento pedagógico em detrimento aos demais. Neste âmbito, a escola pode ser compreendida como um veículo que possibilita a disseminação da cultura ao entorno escolar. O LD complementa o planejamento do professor e proporciona reflexões relacionadas às concepções pedagógicas. Desta forma ao utilizá-lo, o professor deve ter como meta a articulação com a sua prática didática e uma co-relação direta com a Proposta Pedagógica da escola.

## Referências

**BANCO MUNDIAL.** Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21352466~menuPK:3817183~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:3817167,00.html> Acesso em 25 de jan 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em Foco: História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.** São Paulo, v. 30, n 3, p. 471 – 473., set/dez, 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 abr. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, versão atualizada, 1993.

BRASIL. FNDE. **Resolução nº 5 de 21 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático, 2002.

BRASIL. FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 030 de 04 de agosto de 2006**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático, 2002.

BRASIL. FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 030 de 18 de junho de 2004**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Livro didático**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em [http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro\\_didatico.html](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html). Acesso em 19 mar. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e Linguagem**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007a.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Guia do Livro Didático 2007b: Matemática: séries/anos iniciais do ensino fundamental**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares. **História**. v. 23 n. 1-2, p.33-48, Franca, 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010190742004000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742004000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 27 jun. 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 21, nº70, p. 159-170, abr, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302000000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302000000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 27 jun. 2008.

TORRES, Rosa Maria. **Melhorar a qualidade da educação básica?** Estratégias do Banco Mundial. TOMMASI, Livia De; WARDE. Mirian Jorge. HADDAD. Sérgio. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO. Antonio. Vieira. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.